

Governabilidade, dizem eles

Passadas as eleições para o parlamento europeu, abriu a caça ao voto para as eleições autárquicas e legislativas. Percebe-se a razão do afã: está em jogo a escolha da equipa que vai gerir o país, concretamente os negócios que se oferecem às classes dominantes nos próximos quatro anos.

No meio da intensa vozeria – particularmente dos dois partidos do bloco central, PSD e PS – não se vislumbra nenhuma abordagem de medidas imediatas contra os despedimentos, para a criação de emprego, pela melhoria das condições de vida da população trabalhadora, etc, problemas estes que constituem a verdadeira emergência que o país vive. O que está em causa na disputa é outra coisa: como dar continuidade à política dos últimos quatro anos.

No centro de intermináveis debates foi colocada a questão da “governabilidade” do país. Sócrates, em queda, não tem outro remédio senão reclamar uma nova maioria absoluta, dizendo que sem isso o país é ingovernável. O PSD, espevitado pela (curta) vitória de 7 de Junho, procura ganhar peso para voltar ao poder. Não é uma disputa entre políticas diferentes, apenas uma luta pela primazia em formar governo. De facto, o importante para as classes dominantes, como insistentemente exigem patrões e políticos situados acima da guerra partidária, é conseguir as condições de nova maioria absoluta, de um ou mais partidos tanto faz. “Governabilidade” é só isso.

Contra os argumentos falaciosos desta gente, que nos quer impor mais do mesmo, há que colocar em primeiro plano as enormes dificuldades que atingem as grandes camadas da população. Governar para quem? Ao serviço de quem? O critério de julgamento só pode ser esse. Tem, portanto, cabimento um apelo a todos os trabalhadores para que não votem nos partidos de quem os explora.

MUDAR DEVIDA

jornal popular / apoio: 0,50€

Junho 2009 / número 17

Autoeuropa

Trabalhadores precisam de apoio, não de críticas

Os trabalhadores da Autoeuropa rejeitaram um acordo, negociado entre a sua Comissão de Trabalhadores e a administração da empresa, que lhes reduzia o pagamento das horas extra aos sábados. O importante nesta decisão foi a recusa da chantagem exercida pela administração. Tanto bastou para que as forças do poder, fazendo-se eco dos interesses da Volkswagen,

passassem a pressionar os trabalhadores para alterarem a decisão.

Mas o que os trabalhadores da Autoeuropa precisam não é que os convençam a mudar: é que lhes dêem apoio.

Esta solidariedade só pode vir de outros trabalhadores, todos eles confrontados no fundo com o mesmo tipo de ameaças.

páginas 5, 6 e 7

Nem Sócrates, nem Ferreira Leite

Quanto menor for a “governabilidade”, mais os trabalhadores terão condições de fazer valer os seus direitos

página 3



Luta exemplar dos operários metalúrgicos da Galiza

página 9

Polémica em torno das lições de 74-75

O leitor António Alvão e Pedro Goulart debatem em torno do artigo As lições de 74-75 e a crise actual (MV 15, Abril 2009).

Há duas revoluções a fazer

Com a queda do regime fascista pelo golpe militar, abriu-se o processo revolucionário: a esquerda que vinha da clandestinidade e a esquerda que nasceu a seguir ao golpe, mais não fizeram que andar em manifestações, concentrações, apoiar candidatos de esquerda às eleições presidenciais e concorrer às legislativas. Tudo dentro da legalidade democrática (salvo algumas excepções).

Portanto, a esquerda que não revolucionou e a direita que não desarmou – foi fácil aos covéis enterrar o 25 de Abril!

As ocupações de fábricas, terras e casas deram-se porque os capitalistas deram o fora, pensavam que vinha uma revolução a sério, quando não passou de um festival revolucionário!

Com o poder político e militar de esquerda nas mãos de Vasco Gonçalves e de Otelo, as organizações ditas revolucionárias estiveram à espera de quê? À espera que a sociedade socialista caísse do céu ou nas urnas de voto! Oportunidade como aquela, o povo português não terá mais! A via da resposta dos trabalhadores não é essa em primeiro lugar – mas sim a elevação do nível cultural e intelectual do proletariado. Porque há duas revoluções a fazer: a primeira, no interior das cabeças

e, a segunda, na rua; é da primeira que a segunda depende. Caso contrário, a classe trabalhadora terá que estar sempre dependente da chamada vanguarda ou classe dirigente política, profissional, burocrata e contra-revolucionária! Depois, já sabemos o que acontece: um comunismo que não comuniza e um socialismo que não socializa. De que serve aos povos este perfil ideológico que, uma vez no poder deixam de ser aquilo que diziam ser antes da tomada do poder? O mal está onde sempre esteve – na guloseima pelo poder. Não há poderes revolucionários. A ruptura dos anti-autoritários da 1.ª Internacional, a história deu-lhes carradas de razões.

Não há nada mais reaccionário que impor aos outros pela violência a sua ideologia, o seu poder, a sua religião, o seu deus, etc. E neste sentido, hoje a caminhada humana é mais lenta do que dos nossos ancestrais do neolítico – fizeram a revolução do neolítico em plena liberdade, sem partido, sem Estado e sem classes. Toda a sociedade que não socialize é sempre uma sociedade a prazo.

António Alvão

Mudar mentalidades na luta

Em relação ao teu comentário, há particularmente duas coisas com as quais quero sublinhar o meu

desacordo:

- A redução (errada) que fazes das lutas, da organização autónoma e das conquistas dos trabalhadores no rico período de 74-75 à fuga dos capitalistas e à candidatura de Otelo (independentemente da importância desta ou das ilusões que as campanhas eleitorais sempre geram);

- A necessidade da prévia transformação das mentalidades (que afirmas) – a construção de um homem novo (puro?) – antes da intervenção nas lutas.

Essa tua posição acaba por traduzir-se, na prática (que ironia!), naquela de alguns “marxistas-leninistas”, que reservam a sua intervenção nas lutas para depois da construção do “partido revolucionário”.

Eu acho que uma verdadeira transformação das mentalidades só se pode operar numa relação dialéctica entre o estudo e a prática política.

Privilegio a luta e a organização autónomas das classes trabalhadoras, mas acho que a intervenção nas diversas lutas deve contar com a nossa participação, apesar das dificuldades, desde que sirva a defesa dos direitos e a emancipação dos explorados.

Pedro Goulart

Revolucionários precisam-se

Sim, faço redução das lutas (penso que não é errada), porque queria mais.

Havia motivo e razão moral para se querer mais, porque era um processo revolucionário que estava em curso. Não dei conta da organização autónoma dos trabalhadores, excepto alguns ex-luares em algumas cooperativas e comunas que fundaram.

Foi de facto muito bonito o período 74-75, vivemo-lo com muita alegria!



Mas esta alegria terminou no 25 de Novembro e, a partir daí, os trabalhadores não deram mais nenhuma lição, porquê?

Na minha opinião, as chamadas “conquistas” devem-se mais a Vasco Gonçalves do que aos trabalhadores. Quando ele deixou de ser o Primeiro-Ministro, as conquistas fizeram stop.

Em termos marxistas-leninistas, a organização autónoma dos trabalhadores tem sempre um poder sobranceiro central: o PS diz que a UGT é autónoma e a CGT não. O PC inverte a linguagem. Já ninguém engana ninguém... Não falei em nenhum homem novo, nem puro. Para finalizar deixo um apelo: revolucionários precisam-se para sepultar o moribundo capitalismo.

António Alvão

FICHA TÉCNICA

Redacção Cristina Meneses, Manuel Raposo, Pedro Goulart
Colaboradores António Louçã, Carlos Completo, Carlos Simões, Francisco Raposo, Manuel Monteiro, Rita Moura, Urbano de Campos
Site David Raposo
Contactos
 Rua João Ortigão Ramos, 19-4.ºA, 1500-362 Lisboa
 jornalmudardevida@gmail.com
 www.jornalmudardevida.net

ASSINATURAS

10 números (um ano)
 Donativo mínimo, €15
 Apoio, o mais possível

Como fazer uma assinatura:

No site www.jornalmudardevida.net (> Assinaturas): indique nome, morada, código postal e transfira o seu contributo numa caixa Multibanco (seleccionar “Outras Operações” e “Transferências”), para o NIB 0007 0000 00682481622 23. Para sabermos de quem vem o contributo envie-nos um e-mail a comunicar a transferência.

Por correio: envie nome, morada, código postal, indique o número a partir do qual inicia a assinatura e junte um cheque traçado ao portador.

APOIOS

Vendas Lisboa.....25,00 €
 Donativos.....140,00 €
 Total.....165,00 €

Manifesto dos 28

De Catroga a Medina Carreira, de Campos e Cunha a Miguel Cadilhe, de Daniel Bessa a Silva Lopes, de Rui Moreira a Vítor Bento, são 28 as personalidades que pretendem, em manifesto, alertar o governo e o país para a necessidade de repensar os grandes investimentos. Só ex-ministros do PS e do PSD são 13. A generalidade desta gente teve ou tem elevadas responsabilidades nas leis, nas políticas, nos conselhos de administração das empresas e no estado a que o país – economia e trabalhadores – chegaram. Não temos quaisquer simpatias pelo governo de José Sócrates, mas estas “luminárias” não acrescentam nada de novo nem têm autoridade moral para sustentarem seja o que for de bom.

Reforma por invalidez mais difícil

Em 2008, dos 4519 funcionários avaliados pela Junta Médica da Caixa Geral de Aposentações, apenas 2422 conseguiram reforma por invalidez. Foram recusados casos por cancro, osteoporose e doenças cardíacas. Chegou mesmo a ser recusado o caso de um funcionário a quem tinha sido declarado um grau de incapacidade de 85%. Com tais critérios de avaliação, muitos funcionários públicos, bem como outros trabalhadores, são levados a desistir de apresentar pedidos de reforma. Esta é uma das razões que têm obrigado numerosos funcionários públicos a recorrer às reformas antecipadas, sofrendo com isso penalizações de 4,5% ao ano.

Encerramentos e despedimentos

A Pioneer, fábrica de auto-rádios, decidiu encerrar a sua fábrica no Seixal, atirando para o desemprego 127 trabalhadores, de um total de 136. A Mateus e Mendes, fábrica de confeções, em Castelo Branco, encerrou despedindo as suas 150 trabalhadoras. Ambas as empresas procuraram fundamentar as suas decisões nos prejuízos e na crise económica.

Nem Sócrates, nem Ferreira Leite

Quanto menor for a “governabilidade”, mais os trabalhadores terão condições de fazer valer os seus direitos

Perigo de o país se tornar “ingovernável”, foi o que o PS atirou à cara dos eleitores na própria noite em que soube da derrota nas europeias. Desde então, o mote tem-se repetido em jeito de campanha para assustar os temerosos. É fácil de perceber o propósito: dramatizar o confronto partidário daqui até às eleições legislativas para justificar a necessidade de uma nova maioria absoluta.

O drama não é só do PS, é das classes dirigentes. A maioria absoluta de Sócrates foi para elas um maná: permitiu-lhes fazer da acção do governo um rolo compressor dos direitos dos trabalhadores e uma alavanca para os negócios do capital, como não tinha acontecido desde os governos de Cavaco Silva. Perder esse instrumento é motivo de apreensão geral. Por isso todos – partidos do poder, patrões, presidente da República, ex-presidentes da República, comentadores a soldo – querem que uma nova maioria absoluta se constitua seja como seja, só com um ou com o número de partidos que for preciso. Pretendem afinal assegurar a continuidade da mesma política dos últimos quatro anos, se necessário com outros figurantes. Da parte dos trabalhadores o interesse é exactamente o contrário: fragilizar o mais possível o próximo governo de modo a que a sua



capacidade de acção fique diminuída.

No plano eleitoral, a resposta à campanha das forças do poder tem de ser, assim, a de recusar nova maioria absoluta seja de quem for; a de diminuir a margem de “legitimidade” que reclamam em resultado do voto; a de rejeitar a política do patronato, desempenhada por Sócrates ou por Ferreira Leite; a de baixar o número de votos de trabalhadores nos partidos da direita. Quanto menos condições de “governabilidade” tiver um próximo governo, mais condições terão os trabalhadores de fazer valer os seus direitos.

Mas, como bem mostram os acontecimentos dos dois últimos anos, foi a demonstração pública, na rua, da aversão dos traba-

lhadores à política do PS; foram as acções de resistência de diversos sectores profissionais em resposta aos ataques governamentais-patronais; foram os protestos dos utentes dos serviços públicos de saúde, de transportes, de assistência social, de educação contra a perda de direitos – foi toda essa manifestação de descontentamento, iniciada em finais de 2006, que se expressou em 7 de Junho na queda eleitoral do partido do governo.

Será essa, portanto, a via para que se acentue a recusa, não apenas da política levada a cabo por Sócrates, mas em geral da política que o poder patronal quer fazer prosseguir através de qualquer um dos partidos que o representam.

Manuel Raposo

Empresas “em reestruturação”

Um argumento mais para facilitar despedimentos

A Riopelle, empresa têxtil com sede em Famalicão (Vale do Ave), que hoje emprega 1100 trabalhadores, vai proceder a um despedimento colectivo de mais de 200 dos seus funcionários. Este objectivo é-lhe facilitado pelo Ministério do Trabalho e Segurança Social, ao classificar a Riopelle como “empresa em reestruturação”.

De salientar que a Riopelle é uma fábrica de projecção internacional, produzindo têxteis para diversas marcas de moda e que, apesar de algumas dificuldades que enfrenta desde 2007, a situação agora

declarada veio surpreender os trabalhadores.

A crise pode ser um bom pretexto, usado por muitos capitalistas, para tornarem as suas empresas mais “rentáveis”. À custa de quem trabalha e dos dinheiros públicos. A classificação de “empresa em reestruturação” traduz-se numa fuga à legislação laboral vigente e autoriza a empresa a quebrar o limite de rescisões de contrato (podendo despedir mais que os 20% de três em três anos, permitidos pela lei), sem que os trabalhadores percam o subsídio de desemprego. Já foi

aplicada recentemente à Vista Alegre (fábrica de porcelana) e prevê-se que brevemente venha a ser aplicada à Coelima, empresa do sector têxtil.

Entre os trabalhadores cresce o receio que esta via de rescisões, com as maiores facilidades concedidas pelo governo ao patronato, gere uma nova e maior onda de despedimentos. A meta dos 650 mil desempregados efectivos prevista ainda para este ano, parece que, infelizmente para os trabalhadores, vai ser ultrapassada.

Pedro Goulart

O capitalismo em coma profundo sobrevive ligado à máquina

O capitalismo global, tal como o moribundo, pode permanecer vivo mais 15 ou 30 anos alimentado a soro e apoiado com sucessivas terapias de reanimação. O G20, Banco Mundial, FMI, etc. tentam em vão resolver a grave crise que se abateu sobre a economia capitalista e o seu sistema financeiro. Pouco há a fazer senão recorrer a despedimentos, aumentar impostos e aliviar as despesas do Estado com cortes na Segurança Social e práticas afins – desmantelando um sistema que durante longos anos foi o reboçado e o sedativo que amestrou a classe trabalhadora e uma grande franja da pequena burguesia ligada à gestão de serviços e, também, a pequena intelectualidade universitária e artística.

Agora, os sinos tocam a rebate e os diversos partidos da classe dominante em Portugal disputam entre si a direcção e o exercício efectivo do poder do Estado, sem contudo propor uma ténue solução para aliviar os enormes sacrifícios que se abatem sobre os trabalhadores em geral (os partidos em causa e seus mensageiros de ofício dizem candidamente “todo o país”). Televisões, jornais, fazedores de opinião são recrutados e pagos a bom preço para, em campanha permanente, iludir a realidade e denunciar “as soluções perversas de alguns demagogos” que se que-rem aproveitar deste mau capitalis-mo, aparecendo na cena política as Joanas D’Arc purificadoras dos comportamentos ilícitos e os D’Arta-gnans justiceiros do fisco severo e moralizador. Bobos da corte, desesperam porque não lhes são dados os meios e os instrumentos jurídico-formais para colocarem estas ervas daninhas na ordem e na prisão. Os velhos hábitos de solucionar problemas recorrendo exclusivamente à perseguição e à repressão não lhes saem da cabeça.

No entanto, o imperialismo dos “direitos humanos” continua a sua



cruzada guerreira contra os governos bárbaros e atrasados do Terceiro Mundo para, de acordo com os seus propósitos, libertar os povos das amarras de ferozes ditaduras. Matam colateralmente milhares de civis e aniquilam com torturas ultramodernas os obstinados resistentes à agressão militar. Afeganistão e Iraque são colocados a ferro e fogo, o terror é espalhado sem complexos em todo o Médio Oriente, embora tenha sido colocado na reforma o belicista mais empertigado. Surge, entretanto, um hábil apaziguador (Obama) enchendo de euforia a burguesia europeia dese-ja de fazer renascer a esperança nos corações dos homens e mulheres que acreditam na possibilidade de arrepiar caminho, para evitar a catástrofe e a tragédia que se abate sobre os povos. As igrejas das diversas religiões mostram as suas preocupações com o rumo das coisas, os sindicatos imploram bom senso e

sentido da responsabilidade aos governos, e os trabalhadores, no desespero das suas vidas, lutam quase ingloria-mente pela sobrevivência.

Enquanto isso, o capitalismo mundial, alimentado pelos sofisticados instrumentos no prolongamento da vida até ao último limite, lá vai sobre-vivendo através dos despedimentos, da especulação financeira, da agiotagem, da destruição maciça de forças produtivas, ao mesmo tempo que prepara, para se salvar do naufrágio, novas incursões militares nas mesmas e noutras paragens que se perfilam no horizonte. Perante isto, os trabalhadores confrontam-se com um enorme vazio e julgam-se incapazes de o preencher em termos económicos e políticos.

Hic Rhodes, hic salta, afirmou Marx citando um provérbio latino inspi-rado numa fábula e Esopo que significa: mostra na prática aquilo de que és capaz.

Afonso Gonçalves

O verdadeiro artista

Com o mesmo arrebatamento que põe em “Jardins proibidos”, Paulo Gonzo canta, agora em registo ecológico, a excelência da política da EDP em defesa da água, da Natureza e dos passarinhos.

Jorge Palma, com o nobre propósito de ajudar a distinguir os bancos bons dos bancos maus, facultou para som de fundo de uma campanha do BES o tema “Encosta-te a mim” – levemente corrigido pela voz de um locutor para “Encoste-se a nós”, para que não haja dúvidas. Como poderia dizer Toni Silva, o verdadeiro artista é o que se põe ao serviço da recuperação dos negócios.

De consciência limpa e bolsos cheios

No âmbito do inquérito parlamentar ao caso BPN, a direita não se cansa de pedir a cabeça do governador do Banco de Portugal, Vítor Constâncio, para ganhar pontos ao PS. Constâncio defende-se dizendo que a supervisão do BP não falhou e afirma-se de “consciência limpa”. De certo modo tem razão: é que o papel do BP não é entrar os negócios da banca, especialmente quando correm de feição. Por isso mesmo Constâncio se mostrou sempre muito mais zeloso ao longo dos anos no aconselhamento de governos e patrões a “moderarem” o aumento de salários dos trabalhadores. É para isso que recebe um chorudo ordenado.

Facol: greve e manifestação

Os cerca de 50 trabalhadores da Facol, empresa do sector corticeiro, em Aveiro, entraram em greve no dia 4 de Junho, reclamando o pagamento dos salários e subsídios em atraso desde Novembro de 2008. No dia 17, os trabalhadores marcharam em direcção à residência dos patrões em defesa dos seus direitos. A luta agudiza-se, com os patrões a tentarem retirar material das instalações e os trabalhadores em greve a impedir. O sindicato dos corticeiros vai avançar com uma providência cautelar, “para impedir a saída de bens da empresa sem controlo e fiscalização”.

Trabalhadores da Autoeuropa precisam de apoio, não de críticas

Depois de terem aplaudido efusivamente o pré-acordo anunciado pela Comissão de Trabalhadores da Autoeuropa (AE) no início de Junho, todas as forças do poder (governo, dirigentes partidários, presidente da República, patrões, imprensa...) pressionam agora sem qualquer pudor os trabalhadores para que alterem a decisão, tomada em 17 de Junho, de chumbar o dito pré-acordo. Percebe-se porquê. É que o pré-acordo, uma vez mais negociado debaixo da chantagem de despedimentos, foi conseguido de novo com sacrifício dos direitos dos trabalhadores; e o chumbo rejeita essa chantagem. Os 10 dias de *lay-off* prometidos, logo a seguir, pela VW destinam-se a castigar os trabalhadores efectivos e a tentar inverter o sentido da sua decisão em próximo plenário. Claramente, as vozes que condenam os trabalhadores fazem-se eco dos interesses da Volkswagen. Sem menosprezar as dificuldades que a luta apresenta – bem pelo contrário, tendo em conta a sua enorme dificuldade – o que os trabalhadores da Autoeuropa precisam não é que os convençam a mudar: é que lhes dêem apoio. Esta solidariedade só pode vir de outros trabalhadores, todos eles no fundo confrontados com o mesmo tipo de ameaças.



Negociação com chantagem

Os acordos de empresa firmados na AE (*ver caixa*) garantiram, até agora, o emprego aos trabalhadores com contrato (mas não no mesmo grau aos temporários). Tem sido esse o principal trunfo, real, invocado pela Comissão de Trabalhadores em defesa do seu procedimento negocial.

Mas, por outro lado, os acordos foram sempre negociados sob pressão, tendo a administração tido o cuidado, em cada caso, de fazer pairar a ameaça de despedimentos ou mesmo de deslocalização da fábrica. A Volkswagen conseguiu assim, sucessivamente, melhores condições de exploração da força de trabalho – chamando a isso “viabilização” da empresa. Efectivamente, porém, a força de trabalho empregue tem vindo a ser reduzida, uma vez que os trabalhadores temporários (alugados por empresas de trabalho temporário) vão sendo postos na rua. A redução do número de operários corresponderá, em parte, à diminuição

das encomendas – mas, noutra parte, significa uma sobrecarga de trabalho para os operários que ficam. Disso mesmo dava conta, já em meados de 2007, uma passagem de um boletim de fábrica (*O Faísca*, afecto ao PCP) em que se referiam linhas de montagem programadas para dois operadores a funcionar com um apenas. A crítica do boletim, no entanto, ficava-se pela óptica estreita da... “defesa da qualidade do trabalho”, ao ponto de dizer que assim “não se podia fazer bem à primeira” (!) – passando portanto ao lado da questão essencial: o aumento do grau de exploração da força de trabalho.

Também num comentário divulgado num blogue, um trabalhador, acusando a sobrecarga de trabalho, perguntava: “E a nossa vida familiar? E os nossos filhos? E o direito ao descanso?” Esta pressão dos patrões da VW é sistemática e é interminável. Ano após ano, novas exigências foram sendo colocadas aos trabalhadores, sempre na base da chantagem. Recentemente, como se sabe, chegou-se ao apuro de pretendem, de novo com o espectro do despedimento

e da deslocalização, obter o trabalho ao sábado como se fosse dia normal. Se assim não fosse, garantia a administração, teria de reduzir-se a laboração de dois para um turno – ficando cerca de mil trabalhadores na corda bamba. Atirou assim, de novo, para o lado dos trabalhadores a “responsabilidade” de garantir o número de postos de trabalho e a permanência da fábrica em Portugal.

Entusiasmo precoce

Em 5 de Junho, a Comissão de Trabalhadores (CT) anunciou que tinha chegado a um pré-acordo com a administração da empresa, dias depois de António Chora, coordenador da CT, ter defendido, numa entrevista amplamente divulgada pela rádio, televisão e jornais, uma cedência parcial no referido pagamento dos sábados. Nos termos do pré-acordo, os sábados passavam de facto a ser pagos como dias nor-

(continua nas páginas 6-7)

Trabalhadores da Autoeuropa precisam de apoio, não de críticas

(continuação da página 5)

mais, mas com o limite de seis sábados por ano e com a condição de não serem despedidos 250 trabalhadores temporários.

Comentando o acordo, um porta-voz da AE foi inequívoco ao expressar o ponto de vista da empresa, não só quanto ao ganho imediato, como futuro: “É mais um passo para a flexibilidade para fazer frente às oscilações do mercado”. Tradução: demos mais um passo na direcção que pretendemos; outros se seguirão a seu tempo. Foi patente o entusiasmo do governo e dos patrões. E a CT partilhou do mesmo optimismo valorizando a questão da manutenção dos postos de trabalho. Mas não foi essa a avaliação feita pelos trabalhadores que, em votação realizada a 17 de Junho, reprovaram o pré-acordo por uma maioria de perto de 52 % dos votos.

Aos aplausos da véspera dados à CT sucederam-se as críticas violentas dirigidas aos trabalhadores – por parte do governo, dos partidos

do poder, da imprensa da ordem e do inevitável secretário-geral da UGT João Proença. Apenas a CGTP e o PCP se demarcaram destes ataques e defenderam a opção dos trabalhadores.

Algo mudou

Para quem acompanhasse o debate que se travou, por exemplo em alguns blogues, entre trabalhadores da AE desde que a VW rompeu o acordo assinado em Dezembro de 2008, era visível que algo estava a mudar. Na verdade, o tom geral dos comentários sobre as últimas pressões dos patrões da VW era “basta de ceder” – mesmo se as soluções práticas para a luta permaneciam confusas, diante da inegável dificuldade que ela põe. Alguns argumentos, inclusive de membros da lista maioritária da CT, mostravam que estava esgotada a disposição de recuar e que se deveria fazer frente aos patrões de outro modo. Como, não era claro – mas ansiava-se por algo de diferente. (ver caixa) Ora, visivelmente, as propostas da CT para o pré-acordo não correspondiam a este estado de espírito, limitando-se a propor mais do mesmo, a sugerir uma outra trincheira mais recuada de resistência. Foi isso que a maioria dos trabalhadores recusou.

União Nacional

Pouco importa aos críticos alinhados com o patronato que o chumbo do pré-acordo tenha sido uma decisão democrática, participada por perto de 90% dos trabalhadores – o que lhes dói é o facto de a maioria ter dito, no fundo, que não aceitava mais cedências. O tom dos que atacam a decisão dos trabalhadores vai no sentido de os apontar como responsáveis pelo que possa acontecer agora – isto é, possíveis despedimentos, ou redução do tempo de laboração para um turno, etc. É um cinismo sem limites.

O ministro da economia, incapaz de dizer seja o que for à VW, espera “do fundo do coração” que os trabalhadores voltem atrás. Sócrates e Ferreira Leite apelam ao “bom senso”, dos trabalhadores claro. Basílio Horta e o ministro do Trabalho confessam-se “muito preocupados”, com o chumbo, não com o pré-acordo. É uma verdadeira união nacional em tomo dos interesses da VW disfarçada de preocupação com os trabalhadores.

O disparate chegou ao ponto de o político-empresário Ângelo Correia (ex-ministro da Administração Interna em 1981-83), num frente-a-frente televisivo com o deputado do BE Fernando Rosas, na SIC em 19 de Junho, ter criticado (sem réplica de F. Rosas) a “falta de unidade dos trabalhadores” – que, seguindo ele, terá levado os trabalhadores efectivos a



votarem contra o pré-acordo por desprezarem a situação dos temporários. Assim, um dos homens que menos interesse pode ter na unidade dos trabalhadores, dá lições de moral sobre unidade... para colocar temporários contra efectivos. Requitado!

No mesmo debate, F. Rosas, que qualificou de “pequena maioria” a maioria que decidiu chumbar o pré-acordo, defendeu que as negociações se deveriam manter a todo o custo e sugeriu que a decisão da maioria contra o acordo possa vir a ser modificada, dando exemplo de casos anteriores em que a CT foi derrotada às primeiras. Não se lhe ouviu um incentivo à maioria de trabalhadores que optou por fazer frente à chantagem dos patrões da VW, secundados pelas forças do poder. Também requitado, à sua maneira!

Os acordos de empresa

Os acordos de empresa na Autoeuropa datam de 1994, mas foi em 1999 que a flexibilização do tempo de trabalho foi aceite pela primeira vez.

Quatro anos depois, pressionados pelas ameaças de despedimentos, a maioria dos trabalhadores aceitou que as horas de trabalho fossem ajustadas ao volume da produção, até final de 2005. A fábrica poderia parar durante 35 dias em 2004 e 43 dias em 2005. Foi um acordo saudado por políticos e patrões, que louvaram o nascimento de um sindicalismo “responsável”.

O acordo de 2006 estabeleceu um aumento salarial de 4,5% durante dois anos, mais 1% de actualização no final do acordo. Mas, por cada sábado de trabalho, os trabalhadores passam a receber dois salários em vez de três.

O último acordo aprovado, em Dezembro de 2008, estabeleceu aumentos de 5,8% para os dois anos seguintes e um dia de férias a mais; a administração prometeu não fazer despedimentos colectivos até Outubro de 2010. Meses depois, a VW rompe na prática este acordo exigindo novas concessões da parte dos trabalhadores, nomeadamente sobre o pagamento dos sábados.



Mobilização e solidariedade, mais do que nunca

Mesmo a CT, que se mostrou “surpreendida” com o resultado da votação (por falta de auscultação do pensamento dos trabalhadores?), mostrou-se mais resignada com a decisão do que propriamente decidida a encabeçar a luta nos termos em que ela agora se parece pôr. Na verdade, o ónus de manter os postos de trabalho – que os patrões da VW sempre atiraram para cima dos trabalhadores – deve ser colocado onde sempre deveria ter estado: na administração da VW. Foi isso que a maioria dos trabalhadores da Autoeuropa significou com o seu voto. E é isso que há que saudar.

Urbano de Campos

Debate entre trabalhadores da Autoeuropa

extractos do blogue *Troll-urbano*, Maio 2009

Já chega

Hoje a minha entidade patronal, a Autoeuropa, esteve em grande. Assim como a Comissão de Trabalhadores (CT). A administração ameaça com uma deslocalização. Está no seu direito. A Comissão de Trabalhadores da empresa diz que não vê isso como uma ameaça feita sobre os trabalhadores. A Administração ameaça com o despedimento de cerca de 1000 trabalhadores. A CT não vê isso como uma forma de pressão. A Administração, que já antes tinha ameaçado e despedido, de facto, trabalhadores (sim, que os funcionários de empresas de trabalho temporário, ETT, são trabalhadores como os outros), acusa hoje os trabalhadores de não colaborarem com os superiores interesses da empresa. A CT não se pronuncia. (...)

A empresa não quer honrar um acordo assinado há meia dúzia de meses e que previa claramente que não haveria despedimentos na AE. Aliás, no dia em que despediu os funcionários pertencentes a ETT, já o rasgou. Mas pior, a empresa a pretexto de uma crise que no sector automóvel, pelo menos na empresa em questão, é fictícia, quer agora que os seus trabalhadores trabalhem ao sábado de borla. Não lhes bastou que os trabalhadores tivessem, na última negociação, baixado para metade o valor deste trabalho extraordinário. Agora querem-no à borla. (...) Qual a resposta da CT a isto? Negociação. Qual a minha resposta enquanto trabalhador? É um erro. Porque já chega. Nos últimos 8 anos temos assinado acordos que muniram a empresa de ferramentas mais que suficientes para ser competitiva em tempos de crise.

A ameaça de deslocalização para a Alemanha não passa, por isso, de uma ameaça. (...) Chegou a hora dos trabalhadores da Autoeuropa dizerem que basta de serem eles a pagarem os erros de gestão do grupo. Chegou a hora de deixar de baixar a calcinha. Chegou a hora de todos assumirem o que têm de assumir. Quanto à CT. Na minha opinião está ainda a tempo de virar agulhas e ir ao encontro dos anseios da maioria de trabalhadores.

Daniel Arruda

Sindicalismo combativo

Bom texto, Daniel. Espero agora que tu faças também esse trabalho de consciencialização junto dos teus colegas. Não me leves a mal, mas o Chora na minha opinião não é modelo nenhum de sindicalismo combativo.

Anónimo

Nem de cócoras, nem...

O problema é que tipo de resposta dar. Ontem Renault e Opel-Azambuja. Hoje Quimonda e Citroen-Mangualde. Amanhã AutoEuropa? (...) Não ficar de cócoras, certamente, mas também não enveredar por atitudes sem retorno, que levem ao despedimento de boa parte dos trabalhadores, e nessa altura eles pedirão contas a quem os conduziu a essa situação. É nestes momentos de crise que quem é de esquerda tem de manter a cabeça fria, saber lutar, saber apontar caminhos, mas acima de tudo defender os postos de trabalho, pois neste momento essa é a grande diferença.

Anónimo

Que resposta dar?

A luta pela manutenção dos postos de trabalho é a luta que o patronato quer para poder retirar direitos... todos os sabemos. A crise é a desculpa para todos os atentados e todas as chantagens. Todos os sabemos. A questão é, não cruzando os braços, onde está a resposta? Tempos duros estes. Se são muito mais duros quando se está no desemprego, não são fáceis quando lá se está dentro. Ontem fizeram-me chegar de rastos... hoje estou bem pior.

Isabel Faria

Conseguir unidade

É que se não se pode ir de recuo em recuo, até á derrota final. Também não é possível ir de avanço em avanço até cair no abismo. A mobilização dos trabalhadores é mais que nunca necessária, se o patronato sentir que há unidade, pode fazer uma retirada estratégica, mas se houver divisão, pois a perspectiva do desemprego é má conselheira, então é certo e sabido, que está traçado o caminho para a derrota. E aí perderão todos. Conseguir essa unidade, é neste momento a grande batalha, pois só ela garante alguma possibilidade de êxito.

Anónimo

Viva a liberdade, também nos transportes urbanos

As estações permanecem no imaginário colectivo como espaços de liberdade e de viagem. Das estações se parte e se chega mas é nas estações também que se espera por alguém que nos é querido. Sempre as estações foram espaços de convivialidade, espaços onde se marcam encontros, onde se conversa enquanto se espera. E as estações cumprem esse papel de espaços públicos de liberdade e de encontro desde há séculos. Ora, liberdade e encontro são coisas que hoje parecem ser alvos a abater pelo pensamento dominante. Em vez da liberdade impõem-nos a segurança e em vez do encontro querem impor-nos o medo. Não é por acaso que as estações são desde há anos objecto de desumanização. Os senhores que nos vendiam os bilhetes têm vindo a ser substituído por máquinas. Hoje não são apenas os comboios que foram reduzidos, os horários de funcionamento que foram encurtados, as ofertas de viagem que foram drasticamente reduzidas fora dos horários normais de trabalho, as linhas de caminho-de-ferro que foram sendo encerradas. Existe todo um conjunto de pequenas e subtis alterações que têm sido ensaiadas ao longo de anos para desumanizar e desertificar as estações e para afastar as pessoas desses espaços de liberdade e encontro. A última são as irritantes e perigosas portas de acesso que se abrem com um cartão electrónico e que estão a infernizar a vida dos moradores dos grandes centros urbanos. O Metro de Lisboa foi pioneiro na iniciativa em Lisboa mas nunca teve coragem de divulgar o número e o teor de protestos que já encheram livros e livros de reclamações. Nem nunca foi capaz de divulgar os números das pessoas feridas pelas irritantes portinholas que é incapaz de manter em boas condições.



A Softlusa, responsável pelo atravessamento do Tejo, é outra das empresas que ganha inúmeras viagens fantasmas à custa do deficiente funcionamento do sistema se bem os seus torniquetes sejam eventualmente inócuos em termos de acidentes. Porque se o cliente activa o sistema e o torniquete não abre é certo e seguro que este volta a fazer nova tentativa e aí gasta mais uma viagem. Sai sempre a ganhar a casa ou seja a Softlusa. Agora é a CP que está a instalar portas de acesso às estações na zona da grande Lisboa. Com o absurdo de ter um sistema de bilheteira de tal forma irracional que precisa de ter imensos funcionários à volta das portinholas para encaminhar uns para um lado e outros para outro conforme usem o *Lisboa Viva*, o bilhete electrónico ou o simples bilhete de papel que também ainda existe. As estações estão progressivamente a encher-se de enormes placas de vidro para orientar os passageiros, como se de gado se tratasse, para a zona de acesso às gares através das portinholas. E a CP, num cúmulo de hipocrisia, afixou mesmo cartazes onde diz que tudo isto está a ser feito para segurança dos passageiros. Mas

que segurança? Por acaso já alguém pensou o que sucederá se uma multidão de pessoas procurar sair de emergência e em pânico de uma dessas estações? É certo e seguro que vai esmagar-se contra as placas de vidro ou atropelar-se e espezinhar-se entre as portinholas mesmo que tenham sido abertas de emergência. Não. Isto não está a ser feito para a nossa segurança. Está a ser feito no interesse das empresas de transportes e das empresas que asseguram a colocação e funcionamento das portinholas como é, por exemplo, o caso da Siemens. Por tudo isto têm o meu aplauso gestos como os que vi há dias. Imensas pessoas mostraram a sua indignação na estação de comboios do Cais de Sodré tendo sido a PSP chamada a intervir. Ou ainda o exemplo daqueles jovens que dançaram e abanaram o rabo inutilizando várias portinholas de acesso ao metro também na estação do Cais de Sodré. Mais ainda aplaudo a atitude daqueles que, sendo jovens, saltam sobre as vedações como se fossem hábeis jogadores do jogo do alho. Viva a Liberdade.
Ismael Pires

Voos da CIA não passaram por aqui

Como seria de esperar, o Departamento de Investigação e Acção Penal (DCIAP) mandou arquivar o inquérito ao caso dos aviões da CIA que passaram por Portugal a partir de 2002. O DCIAP terá concluído que não havia indícios suficientes para fazer uma acusação. As fundadas denúncias internacionais (que várias vezes aqui referimos), como as da Reprieve, ou até o reconhecimento da existência desses voos por parte do procurador Pinto Monteiro assim como pelo ministro Dias Amado, parece que pouco valem para quem quer ilibar a gente graúda do bloco capitalista, no caso, quatro chefes de governo: Guterres, Durão Barroso, Santana Lopes e Sócrates. É esta “justiça” que temos!

Greve na Inapal

Os trabalhadores da Inapal Plásticos iniciaram no dia 8 de Junho uma greve de dois dias, exigindo diálogo com a administração da empresa e reivindicando aumento de salários, assim como melhores condições ambientais de trabalho. De salientar que grande parte dos trabalhadores da empresa, devido ao manuseamento de alguns produtos, sofre de graves problemas pulmonares. A Inapal Plásticos fabrica componentes de plástico para a indústria automóvel e é fornecedora da Autoeuropa. Daí que actualmente se esteja a desenvolver uma campanha de solidariedade com os trabalhadores da Inapal entre os trabalhadores de outras empresas do Parque Industrial da Autoeuropa.

Ainda há bons empregos...

O Clube Miraflores precisa para entrada imediata de empregado para Cafeteria/Esplanada para trabalhar em part-time ou full-time (incluindo Sábados e Domingos). Pretendem-se “pessoas dinâmicas, comunicativas, com boa apresentação e elevado sentido de responsabilidade”. Paga-se a bonita quantia de 3,5 euros por hora e ainda podem utilizar o ginásio e a piscina. Querem melhor que isto?

Comunistas revolucionários condenados em Itália

Enquanto o corrupto e fascistóide Berlusconi governa a Itália e goza impunemente dos seus privilégios, um tribunal de Milão condenou, em 13 de Junho e em primeira instância, vários comunistas revolucionários italianos a pesadas penas de prisão e a elevadas indemnizações. Foram condenados por “terem tentado constituir o partido comunista político-militar”, organização que o aparelho judicial italiano considera terrorista. Os advogados destes militantes de esquerda já declararam que as referidas condenações são típicas dos tribunais especiais fascistas dos anos 20 e 30 do século passado.

Cresce o desemprego mundial

Segundo dados do Eurostat, e apenas no primeiro trimestre de 2009, na União Europeia, a 27, foram atirados para o desemprego mais de 1 milhão e 900 mil trabalhadores. Foi o terceiro trimestre consecutivo em que o desemprego cresceu fortemente no conjunto destes países. Em Portugal, no mesmo período, foram destruídos cerca de 90 mil postos de trabalho. Por outro lado, a nível mundial e segundo dados da OIT, é previsível que, só este ano, aumente em 59 milhões o número de desempregados. Assim, haverá actualmente mais de 240 milhões desempregados em todo o mundo.

Galloway organiza nova caravana de apoio à Palestina

O deputado britânico George Galloway, que organizou, a partir do Reino Unido, uma caravana de solidariedade com a população de Gaza, logo após o ataque militar de Israel de Dezembro-Janeiro, está agora a organizar um segundo comboio, com origem nos EUA. Desta vez, as 500 viaturas previstas permitirão transportar, via Cairo, centenas de pessoas e fazer chegar à Palestina uma ajuda médica de 10 milhões de dólares.

Luta exemplar dos operários metalúrgicos na Galiza

Os meses de Maio e Junho de 2009 ficam profundamente marcados por uma prolongada e dura luta dos operários metalúrgicos nas empresas e ruas de Vigo e sul da Galiza, com os trabalhadores levando a cabo diversas greves e manifestações por melhores salários e condições de trabalho. Na segunda semana de Maio, milhares de metalúrgicos vieram para a rua e ocuparam a Feira de Vigo, assim como a Câmara de Comércio de Pontevedra. Ainda em Maio (na penúltima semana), novamente, milhares de trabalhadores paralisaram o trabalho e tiveram de defender-se dos ataques da polícia, recorrendo a barricadas e pedras, ao mesmo tempo que denunciavam a violência policial e o papel dos média (que os tentavam criminalizar, por lutarem na defesa dos seus direitos). Em 11 de Junho, os operários metalúrgicos iniciaram uma greve por tempo indeterminado e, enquanto sindicalistas e patrões do sector discutiam as reivindicações dos trabalhadores, as ruas do centro de Vigo eram ocupadas por milhares de operários, que haviam partido do estaleiro de Barreras.



Na sequência destas lutas, foi possível chegar a acordo sobre a duração do convénio e sobre a regulação do tempo de trabalho.

Mas falta alcançar acordo quanto à questão salarial. Entretanto, em 16 de Junho, deu-se uma importante alteração estratégica na luta, visando “castigar mais os sectores do patronato que tiveram uma atitude mais beligerante contra as reivindicações do sector metalúrgico”, nomeadamente o sector automóvel. Isto é, atacando

onde mais dói, por exemplo, recorrendo aqui a piquetes operários para dificultar a venda de automóveis. É convicção forte de muitos, trabalhadores e militantes políticos, que a força e o êxito desta luta resultam, em larga medida, do modelo de sindicalismo aqui praticado, que assenta na tomada de todas as decisões importantes, como é o caso das lutas por exigências colectivas, em assembleias plenamente democráticas.

Pedro Goulart

Espanha: solidariedade com Alfonso Sastre Iniciativa Internacionalista de novo debaixo de fogo

Primero foi a tentativa frustrada de impedirem a Iniciativa Internacionalista (encabeçada por Alfonso Sastre) de participar nas eleições para o parlamento europeu, com o pretexto de que esta candidatura teria algum tipo de articulação com a ETA. Agora, na sequência do recente artigo de Sastre no jornal *Gara*, intitulado “A prosa e a política”, onde defende uma saída negociada e pacífica para o problema basco e

manifesta as suas preocupações caso tal não se verifique, surge uma campanha deturpada e torpe do PSOE, do PP e dos média do sistema (*RTVE, El País, ABC e El Mundo*) contra este grande dramaturgo do estado espanhol. *O El País* chega a titular que há “indignação contra o partido de Sastre”.

Seguidamente, vem o “sindicato” Mãos Limpas apresentar uma queixa na Procuradoria-Geral do Estado contra Alfonso Sastre, acusando-o de “ameaças e colaboração” com a ETA. A organização da extre-

ma-direita espanhola recheia a acusação referindo “que os antecedentes do denunciado existem em arquivos policiais e da Guarda Civil revelando ligação directa com a esquerda *abertzale* e com a organização terrorista ETA”.

O franquismo perma-nece bem vivo entre as classes dirigentes espanholas, burguesas e bourbónicas, que não se mostram capazes de erradicar as “soluções” violentas enformadoras da sua prática política.

Pedro Goulart

Apelo de uma feminista e professora universitária israelita

Porque se justifica um boicote académico e cultural a Israel

Rachel Giora, destacada feminista israelita e professora de linguística na Universidade de Telavive, apela ao boicote contra Israel numa carta, divulgada em final de Maio pelo colectivo “Jewish Peace News”, em que apoia os esforços desenvolvidos pelo Comité Britânico para as Universidades da Palestina. Na sua mensagem, refere alguns dos êxitos do movimento de boicote até à data e explica porque se justifica um boicote académico. Publicamos um resumo das principais passagens.

O movimento de boicote a Israel ganha força. Os exemplos abundam: os trabalhadores portuários na África do Sul recusaram a atracagem de um navio com mercadorias israelitas; membros da União Marítima da Austrália, da Austrália Ocidental, apelaram a um boicote de todos os navios israelitas e de todos os navios que transportem mercadorias com origem ou destino em Israel; uma empresa turca recusou negócios com israelitas “com sangue nas mãos”; jovens em França limpam as prateleiras de uma loja que expunham bens israelitas. O boicote começa a morder. As mercadorias israelitas estão a perder mercados estrangeiros: 21% dos exportadores israelitas dizem que estão a enfrentar problemas na venda de bens por causa de um boicote anti-israelita, principalmente da parte do Reino Unido e dos países escandinavos. Israel sofre também um isolamento cultural: equipas desportivas israelitas depararam com manifestações hostis na Suécia, Espanha e Turquia. Dinheiro israelita dado em apoio do Festival Internacional de Cinema de Edimburgo foi devolvido à embaixada israelita. O boicote académico começado na Grã-Bretanha é talvez a mais sólida forma de boicote cultural até hoje, ecoando nas universidades e instituições académicas por todo o mundo: a Universidade de Cardiff deixou de investir em Israel; o Comité de Coordenação dos Trabalhadores da

Universidade de Ontário (Canadá) incentivou os seus membros a “fazerem fóruns públicos para discutir um boicote das instituições académicas israelitas”; a Federação das Universidades do Quebec juntou-se à campanha; professores australianos apelaram a um boicote das instituições académicas e culturais israelitas; professores norte-americanos fizeram agitação para o boicote académico a Israel. Há quem pergunte se as instituições académicas não deveriam ser poupadas, por estarem viradas para a investigação, sem ligação com a política do Estado ou das forças armadas. Mas, na verdade, a academia israelita não é diferente das outras instituições e em muitos casos desempenham um papel activo, ou mesmo vital, no apoio às práticas israelitas de *apartheid* contra os palestinianos. Por exemplo, a direcção de Investigação e Desenvolvimento (I&D) do ministério israelita da Defesa financia normalmente 55 projectos na universidade de Telavive; a I&D militar em Israel não existiria sem as universidades. Elas levam a cabo toda a investigação científica de base que depois é desenvolvida por indústrias de defesa ou pelas forças armadas. As pessoas não sabem como é importante a investigação universitária em geral e quanto a universidade de Telavive contribui para a segurança de Israel em particular. Na dura realidade do Médio Oriente, a universidade de Telavive está na linha da frente do trabalho decisivo que mantém



o avanço militar e tecnológico de Israel. As universidades israelitas dirigem programas especiais para os militares. Ainda recentemente, a universidade Hebraica de Jerusalém ganhou um concurso do ministério da Defesa para definir o Programa Médico Militar. A universidade de Telavive dirige um programa de mestrado em Diplomacia e Segurança na faculdade de ciências sociais, só para citar alguns exemplos. E apesar do crescente empenhamento dos seus colegas palestinianos, os senados e as direcções universitárias nunca ergueram a voz contra a ocupação israelita do território palestiniano ou contra a opressão dos palestinianos; nem protestaram contra a destruição infligida às instituições académicas palestinianas pelos militares israelitas; nem mostraram nenhuma preocupação ou solidariedade para com os seus colegas palestinianos. E quando houve oportunidade de protestar contra “a política do governo israelita que causa restrições à liberdade de movimentos, de estudo e de instrução, e de apelar

ao governo para permitir a alunos e professores livre acesso a todos os campus nos territórios palestinianos, e a autorizar professores e alunos com passaportes estrangeiros a ensinar e estudar sem a ameaça de lhes retirarem os vistos de residência” – apenas muito poucas faculdades (407 em 5000) optaram por assinar esta petição. É a “liberdade académica” uma prerrogativa apenas dos poderosos? Estas são apenas pequenas provas que testemunham a cumplicidade das instituições académicas israelitas na política de *apartheid* do Estado contra os palestinianos. À luz do largamente documentado desrespeito de Israel pelas leis internacionais, exercitado na nossa área por tantos anos – que culminou nas duas recentes guerras contra civis no Líbano e em Gaza – cabe-nos a nós, cidadãos do mundo, tentar erguer um espelho diante da verdadeira face de Israel na esperança de que isso lhe dê a oportunidade de escolher a justiça e a paz em vez da ocupação.

Rachel Giora / MV

A campanha dos EUA para desacreditar as eleições no Irão

A campanha de descrédito lançada sobre as eleições no Irão, com origem nos EUA e no Reino Unido, é desmontada por Paul Craig Roberts, num artigo publicado no site norte-americano *CounterPunch*, de que divulgamos um resumo. Paul Roberts, economista e ex-secretário adjunto para o Tesouro no governo de Reagan, conhece bem os processos usados pelos EUA, sendo uma das vozes mais críticas da política belicista da Casa Branca.

Os *media* norte-americanos, autêntico Ministério da Propaganda sob o controlo do governo, reagiram à reeleição de Ahmadinejad apresentando continuamente iranianos que, recorrendo à violência, contestavam eleições deturpadas pela fraude. Fraude tida por verdadeira, quando não existem quaisquer provas do facto. No tempo de George W. Bush et Karl Rove, uma fraude eleitoral perfeitamente desmontada foi pura e simplesmente ignorada pelos *media* dos EUA. Os chefes de Estado britânico e alemão associaram-se às operações norte-americanas de “guerra psicológica”, por lhes estarem absolutamente rendidos. Mesmo desacreditado, o ministro britânico dos Negócios Estrangeiros, David Miliband, exprimiu, por ocasião de um encontro interministerial europeu no Luxemburgo, as suas “sérias dúvidas” relativamente à vitória de Ahmadinejad. Contenta-se em seguir as instruções ditadas por Washington e em fazer fé nas afirmações do candidato derrotado, o preferido pela administração norte-americana. A chanceler alemã, Angela Merkel, também foi fácil de convencer. Dirige-se ao embaixador iraniano para exigir-lhe “mais transparência” em matéria eleitoral.

Fraudes desmentidas

Qual é a fonte de informação dos *media* dos EUA e dos estados sob a sua influência? Exclusivamente as afirmações do candidato derrotado, aquele que Washington prefere. Mas existem provas sérias do inverso. Antes das eleições, equipas de sondagens conduziram um inquérito independente e objectivo. Ken Ballen, inquiridor junto do *Center for Public Opinion*,

e Patrick Doherty, da *New America Foundation*, duas organizações sem fins lucrativos, publicam os seus resultados no *Washington Post* de 15 de Junho. A sondagem foi financiada pela Fundação Rockefeller e realizada em língua persa por uma empresa de sondagens cujo desempenho na região, por conta da *ABC News* e da *BBC*, foi recompensado com um *Emmy Award*.

Os resultados desta sondagem, única informação verdadeira de que dispomos até hoje, demonstram que os números de votos registados correspondem à vontade do povo iraniano. Entre outras informações particularmente interessantes, ficamos a saber que: “Vários peritos consideram que a larga vitória do presidente em funções, Mahmoud Ahmadinejad, resulta de uma fraude ou de uma manipulação, mas a nossa sondagem, levada a cabo por todo o país nas 3 semanas que antecederam as eleições, mostra que Ahmadinejad recolheria 2/3 dos votos – uma vitória mais clara ainda do que aquela que veio a verificar-se nas urnas.

Ao mesmo tempo que as notícias ocidentais mostravam, nos dias que antecederam as eleições, o entusiasmo da opinião pública em Teerão por Mir Hussein Moussavi, o principal opositor, as nossas amostras, recolhidas de acordo com métodos científicos na totalidade das 30 províncias, anunciavam que Ahmadinejad seria claramente vencedor.

Os únicos grupos que atribuíam a maioria a Moussavi, ou um número de votos tão importante, eram estudantes ou universitários e lares mais abonados. Quando levámos a cabo a sondagem, quase um terço dos Iranianos ainda estava indeciso. Mas a distribuição dos votos que constatámos reflecte aquela

que foi anunciada pelas autoridades iranianas, o que sugere a ausência de fraude eleitoral maciça.”

EUA programam agitação

Inúmeras informações dão conta de um programa dos EUA de desestabilização do Irão. Já foi denunciado que os EUA financiavam atentados com explosivos e assassinatos em território iraniano. Para os *media* norte-americanos isto é motivo de fanfarronice, por ser uma ilustração da capacidade dos EUA de fazer alinhar os países que não pensam como eles. Para alguns *media* estrangeiros é a prova da amoralidade intrínseca da administração norte-americana.

“A verdade e os factos não desempenham qualquer papel. Estamos no reinado da mentira e da propaganda”

O ex-chefe do exército paquistanês, o general Mirza Aslam Beig, declarou a 15 de Junho à *Pashto Radio* que informações não contestadas, recolhidas pelos serviços secretos, confirmam a ingerência dos EUA nas eleições iranianas. “Estes documentos provam que a CIA dispendeu 400 milhões de dólares para fabricar ex nihilo uma revolução colorida, mas vazia.”

Planos de agressão militar

A administração norte-americana utiliza os iranianos ocidentalizados para criar as condições de lançar o descrédito sobre as eleições e o governo iranianos.

No dia 14 de Junho, a sede de Washington da *McClatchy* – editora norte-americana que conta com 14 mil colaboradores, responsável pela edição de vários jornais e sites na Internet – que procura por vezes prestar informações exactas, alinhou pela ideia de uma guerra psicológica conduzida por Washington e declarou: “Os resultados das eleições iranianas são prejudiciais para os esforços de Obama no sentido de estabelecer relações com o Irão”. Por detrás destas palavras perfila-se o espectro do “fracasso diplomático” que serviria

de pretexto para o recurso à solução militar.

Conhecendo perfeitamente os meandros internos dos procedimentos da administração norte-americana, penso que esta administração, ao manipular os *media* norte-americanos e os dos seus estados-satélites, se propõe desacreditar o governo iraniano apresentando-o como opressor do seu povo, de quem asfixia a vontade. Desta forma, a administração norte-americana prepara uma agressão militar ao Irão.

A verdade e os factos não contam

Com o apoio de Moussavi a administração norte-americana fabrica outro “povo oprimido”, que, tal como os iraquianos sob Saddam Hussein, tem grande necessidade de fundos e de sangue norte-americano para libertar-se. Moussavi, o candidato dos EUA às eleições iranianas, que foi derrotado, teria sido escolhido por Washington para tornar-se o dirigente-fantoches do seu país? A grande superpotência machista está sedenta para restabelecer a sua hegemonia sobre o povo iraniano e desta feita saldar as suas contas com os *ayatollahs* que em 1979 puseram fim à dominação norte-americana sobre o Irão. É este o cenário escolhido. Vemo-lo a cada minuto na televisão.

Ora, a única informação fundamentada é a sondagem acima referida, que colocava Ahmadinejad como favorito, com dois terços de intenções de voto.

Mas aqui, como de todas as vezes em que se trata da hegemonia norte-americana sobre os outros povos, a verdade e os factos não desempenham qualquer papel. Estamos no reinado da mentira e da propaganda.

Devorados pela sua ambição hegemónica, os EUA estão condenados a triunfar sobre os outros, desprezando a moral e a justiça. Este cenário manter-se-á, ameaçando o mundo inteiro, até que eles próprios se conduzam à bancarrota, depois de se terem alienado do resto do mundo ao ponto de se encontrarem isolados e desprezados por todos.

Paul C. Roberts / MV

Dados da OCDE mostram que o desemprego em todo o mundo vai continuar a crescer

“Recuperação” económica faz-se à custa do emprego

A Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico (OCDE) divulgou em 24 de Junho uma visão optimista sobre a evolução da crise económica. Fala mesmo em luz ao fundo do túnel. Mas, vistas as coisas em concreto, a luz não será para todos.

A OCDE dá a fase de contracção das economias dos países mais desenvolvidos como tendo chegado ao fim, depois de um recuo sem precedentes “desde o fim da segunda guerra mundial”. A retoma, no entanto, apresentar-se-á “fraca e frágil”, diz a organização, e a situação não será igual em todas as partes do mundo.

Onde reside então o optimismo da OCDE? No facto de encontrar sinais de retoma económica nos EUA e no Japão e de isso poder significar, por arrasto, uma recuperação de outras grandes economias como a chinesa. Na zona euro, em contrapartida, as coisas continuam sombrias.

Os números do optimismo traduzem-se na previsão de uma quebra económica nos países da OCDE, para este ano, de “apenas” 4,1% (quando antes eram previstos 4,3%) e num crescimento positivo de 0,7% em 2010 (em lugar do crescimento negativo antes apontado de 0,1%).

Nos EUA o crescimento será de 0,9% no próximo ano (antes falava-se em estagnação) e no Japão admite-se agora um crescimento de 0,7% (contra um decréscimo de 0,5%) que sucederá a uma forte quebra este ano. Nos países da zona euro a contracção económica será de 4,8% este ano (pior que os 4,1% previstos em Março), seguindo-se uma estagnação no ano que vem (em vez de uma queda de 0,3%).

Para termo de comparação, diga-se que o crescimento chinês se situa presentemente à roda dos 7%, depois de ter andado durante anos seguidos acima dos 10%.

O optimismo dos autores do estudo é atraído quando reconhecem que “faltarão tónus” a esta retoma. E sobretudo quando apontam os fracos em

que assenta. Concretamente: possibilidade de novas turbulências no sistema financeiro mundial e crise dos mercados obrigacionistas por força do aumento da dívida pública dos Estados – isto é, Estados muito endividados não podem garantir o pagamento dos dividendos das obrigações que emitem.

Mas o ponto mais significativo da questão é a evolução do emprego. A OCDE não deixa dúvidas de que a recuperação que a põe optimista será acompanhada por um agravamento do desemprego. A taxa de desemprego nos EUA atingirá 9,3% neste ano e 10,1% no ano que vem (quando foi de 5,8% em 2008). Nos países da zona euro, pior ainda: 10% neste ano e 12% em 2010 (foi de 7,5% em 2008). Mais: o crescimento do desemprego fará baixar o consumo, que por sua vez dificultará a recuperação económica.

Como as coisas têm sido apresentadas a público, parece que a contradição entre a (prevista) recuperação económica e o aumento do desemprego se deve apenas a um desfasamento no tempo. É isso que leva a OCDE a afirmar que a recuperação do desemprego se fará apenas quando “a retoma for suficientemente vigorosa”. Mas este entendimento mascara o facto de a recuperação, a haver, resultar em grande parte da redução brutal da força de trabalho. E, por isso mesmo, mascara ainda outra realidade: é que, mesmo que a recuperação se dê, grande parte dos braços que foram despedidos ficarão definitivamente no desemprego. Por aqui se confirma a tendência geral manifestada na evolução do capitalismo de concentrar de um lado a riqueza e do outro a pobreza – e de entre uma coisa e outra haver uma relação indissolúvel, como faces da mesma moeda.

Manuel Raposo

Diz o PGR

Em entrevista a um semanário, com título especulativo de primeira página, o procurador-geral da República Pinto Monteiro reconhece que a Justiça não está bem mas diz que “não há ninguém inocente”. Afirma que “o legislador, os juizes, os magistrados, os solicitadores ou o cidadão”, todos, “contribuem para que a Justiça não funcione bem”. Como se as responsabilidades e o poder de um

magistrado ou de um simples cidadão fossem iguais! Por outro lado, o PGR reconhece que “há crimes que se investigam bem, como os homicídios ou os roubos, mas há mais dificuldade com os crimes económicos”. Puderam! Há mais meios, vontade condenatória e discricionariedade na resolução dos problemas que dizem respeito ao povo, enquanto no que se refere em particular à sua gente (à burguesia dominante) há menos meios de combate ao crime e a coisa aí fia mais fino.

Ao longo da entrevista, e apesar de serem referidos alguns dos mais conhecidos casos da actualidade, em vão se procura algum facto ou argumento novos. Face às banalidades ali contidas, achamos estar perante mais uma tentativa de desvalorizar casos quentes da actualidade e de disfarçar da profunda crise em que se vem debatendo a Justiça portuguesa. Outra coisa não seria de esperar de um PGR que num dia diz que não há suspeitos em determinado processo e que no dia seguinte já reconhece haver; que num dia diz não haver pressões sobre magistrados e que logo a seguir vem admiti-las.

Muito menos ainda seria de esperar que de um procurador ou de um semanário do sistema saísse algo que pudesse pôr em causa a ordem jurídica burguesa, esse elemento essencial de dominação dos capitalistas sobre as classes trabalhadoras.

Pedro Goulart

DITO

Os pequenos ladrões estão a ferros, os grandes ladrões andam a ostentar ouro e seda.

Martinho Lutero, padre alemão (1483-1546)

